

A crônica antropológica: literatura e ciência

Fátima Quintas*

RESUMO

O artigo enfatiza a crônica antropológica como um documento singularizado pela subjetividade e pelo valor estético literário. Um registro no qual o narrador assume as interfaces do *eu* e do *outro*, uma polifonia entre sujeito e alteridade. Buscando a origem do gênero crônica, incursiona na historiografia portuguesa medieval – com seus clássicos cronistas – para desaguar em dois expoentes da Antropologia do século XX: Malinowski e Gilberto Freyre. A intenção é cruzar a ciência com a literatura, selando caminhos flexíveis que venham a harmonizar a linguagem literária com a exposição de um conhecimento social abrangente. Palavras-chave: antropologia/etnografia; criação; literatura; subjetividade.

SUMMARY

The article emphasizes the anthropological chronicle as a document singularized by subjectivity and by literary esthetic value, that is a record in which the narrator immerses through a polyphonic link between the individual and the others. In order to reach chronicle's origin, the author travels through medieval Portuguese history – with its classical chroniclers – and comes back to the 20th century to meet two exponents of Anthropology, both distinguished by creativity and poetic-literary style: Malinowski and Gilberto Freyre. The purpose is to cross science and literature, and by doing so, to enable flexible ways to harmonize literary style and a larger social knowledge. Keywords: Anthropology/Ethnography; creation; literature; subjectivity.

RESUMEN

El artículo considera la crónica antropológica, un registro personal de la alteridad, bajo la doble perspectiva de la subjetividad y del valor literario. La autora discurre por la historiografía portuguesa medieval y sus cronistas, para desembocar en dos antropólogos contemporáneos que sobresalen por la creatividad y el lenguaje poético: Malinowski y Gilberto Freyre. El estudio contrasta ciencia y literatura, sugiriendo fórmulas para conciliar percepción, estética y sistematización social. Palabras-clave: Antropología/Etnografía; creatividad; literatura; subjetividad.

A narrativa antropológica

A escritura antropológica permite algumas excitantes transgressões. Não se enfeixa em anódinos rigores. Escapa de fórmulas precisas e abandona modelos previamente fixados. A capacidade de alargar horizontes confere-lhe possibilidades verdadeiramente sedutoras. Já vai longe o tempo em que o antropólogo possuía ferramentas entravadas para deslindar o novelo da sociedade. Se nos seus primórdios o pesquisador *mais* severo cedeu lugar a visões *menos* flexíveis, fê-lo na tentativa de impor de maneira categórica a ciência que defendia. Mesmo tocado pela veia do cartesianismo, não se absteve de flagrar as distorções de um figurino pré-montado, incapaz de atender aos apelos da pungente cognição. Venceu, assim, as barreiras que o impediam de advogar o *approach* heterodoxo. Lançou-se na defesa de interconexões que viessem a avigorar o *insight* orteguiano da circunstancialidade. A contingência existencial adquiriu a dimensão exata da efemeridade.

A partir do trinômio contingência + efemeridade + circunstância, os alicerces da narrativa antropológica se fundamentam em uma circularidade que não se fecha em mandalas de intransigência. A composição textual aflora plena de ondulações e variegados enfoques. A pluralidade de eixos colore o quadro que se delinea, ora com pincéis berrantes, ora com aquarelas tênues, quase candentes. Nesse *dégradé* irizado, a escritura se consolida a sugerir um amplo leque de abordagens, sem limites demarcados ou fronteiras de isolamento. A multiplicidade provoca a ruptura de posturas unilineares, indicadoras de um reducionismo pouco louvável. Há que se privilegiar o homem em razão de um *perspectivismo* sadio, polimórfico na inteireza e na simbologia do que se pode apreender da máxima *universal humanidade*. E o cerne da escrita exige o máximo de imersão no significado e no significante. A letra não tem autonomia. Só tem expressão quando vinculada a um conjunto de fonemas que ganha corpo na sintaxe da frase em elaboração. Falar é pensar, e pensar é falar. Para explicar o que é a fala, torna-se preciso especular os mecanismos que a antecedem. O foco de atenção desloca-se rumo a um mergulho transdimensional na ordem ou na desordem do pensamento. Não importa a hierarquia reguladora. Tanto o caos quanto o exagero da disciplina representam ângulos do *perspectivismo*

que se almeja carne vívida da narrativa antropológica.

O texto e o contexto se acasalam. O texto como representação. O contexto como os pilares de uma construção inacabada, em permanente dinamismo, movimento imanente do ser. Todo e qualquer texto se revela na sua linguagem escrita como descrição ou abstração de um fenômeno. Embora não traduza a realidade em todos os seus matizes, dela procura aproximar-se ou para narrá-la com altos níveis de precisão ou para distorcê-la, consciente ou inconscientemente. Em ambos os casos, não abandona o código de representação. Eu vejo o que quero; desprezo os ícones que me afetam negativamente; ou, ainda, vejo o que não existe; logo, invento. Oposições que não são, absolutamente, axiomáticas. Dizem apenas da percepção de cada um. Um cosmos decodificado à maneira do observador, que o esculpe para mais ou para menos. O caráter ambivalente da própria captação da realidade inquieta o antropólogo, que se projeta à luz de vários paradoxos no texto etnográfico. Descrições, detalhes, particularidades. Um espelho a refletir imagens que falam da tangibilidade do que é palpável e, sobretudo, do que não é palpável. Lá reside o conflito do antropólogo.

Não há texto desprovido de conflito porque não há homem isento de contradições. As incoerências humanizam a escritura antropológica. Quando Edward Sapir, em 1921, descreve a vida de um índio *nootka*, ele advoga o interesse pelo indivíduo – sua história, seus fracassos, suas vitórias, seus valores, costumes, hábitos – como núcleo focal para o entendimento da aldeia. Elementos materiais por si sós não são suficientes. Escapular do superficial tem sido uma tônica relevante e sempre recorrente na tendência da etnografia. Os esforços biográficos produzidos por Paul Radin e Sapir (Langness, 1973) denunciam a preocupação crescente em verticalizar a metodologia antropológica com vista a embrenhar-se no conhecimento de culturas, primitivas ou civilizadas. Oscar Lewis, por exemplo, é, sem dúvida, o maior defensor da história de vida. Escreveu ricas e expressivas biografias, apresentando uma valiosa inovação na investigação etnológica. “Desde 1943, durante minhas pesquisas no México, tentei aprofundar subsídios para estudos de famílias. Em *Five Families*, procurei mostrar ao leitor alguns aspectos da vida cotidiana de cinco famílias mexicanas, em cinco dias de vida normais. Nesse volume ofereço uma visão mais profunda da vida de uma dessas famílias através da utilização de uma nova técnica, onde cada membro da família conta a sua própria história de vida, com suas próprias palavras. Esta dimensão nos dá uma visão cumulativa, multifacial e panorâmica de cada indivíduo, da família como um todo e de muitos aspectos da vida da classe mexicana mais humilde. (...) Espero que

esse método transmita ao leitor a satisfação emocional e a compreensão das experiências antropológicas em trabalhar diretamente com as pessoas pesquisadas, experiências que raramente são transmitidas pelo jargão formal das monografias antropológicas” (1961: XI).

A *forma* de garimpar os dados naturalmente influencia a *forma* do texto. Este responde à potencialidade de um *rapport* cuidadosamente estabelecido. E mais: o intuito do observador de retirar da situação o máximo proveito, lançando-se com audácia no abismo das interjeições e, quiçá, das interiores e mudas exclamações. A fala, o silêncio, as ondulações lingüísticas devem ser apreendidas, de modo a contextualizar a mensagem em todos os seus vértices. Ao eleger o cotidiano, a história de vida, as coisas simples da rotina, o antropólogo adota uma abordagem qualitativa que o credencia ao aperfeiçoamento da sua capacidade perceptiva. Com isso, favorece-se de uma metodologia que sinaliza adereços cognitivos. Os passos que precedem o texto revelam-se de intensa importância na medida em que estimulam o pesquisador a produzir um relato com claras singularidades. Há neste relato uma identidade etnográfica que o particulariza em linguagem e em estilo. Algumas perguntas afloram. Como o antropólogo se debruça sobre o papel em branco, essa página desértica e cruel? O que se inscreve de pessoalidade? Quais as expectativas geradas no seu íntimo? E qual (retirar o é) o porquê de tantos questionamentos?

O *outro* só existe pela voz do antropólogo. Sem o texto não há etnografia, há apenas oralidade. Aqui faço uma ressalva: a oralidade representa um instrumento de valor inestimável na compleição do texto. Entre as mais distintas “munições” do pesquisador, nomeio o falar como ponto de partida da investigação. Há na escuta um processo psicanalítico, porque dela depende a existência do *outro*. Tal escuta, muitas vezes, prescinde do falar no sentido literal da palavra. Transforma-se numa escuta metafórica, na qual todos os pormenores se destacam para formar um painel fragmentado do *eu* e da *alteridade*. Ao antropólogo não se permite a pobreza de formas de simbolização. O destrinchar dos códigos sociais é ofício laborioso, porém de alta voltagem “acústica” e visual. Se, para o psicanalista, o *set* analítico referenda o *locus* de representação do *outro* pelo inconsciente, para o antropólogo, esse mesmo *set* se dilata em uma visão interativa do sujeito que indaga, do informante que se pronuncia e das circunstâncias que o rodeiam. A Antropologia moderna adiciona inscrições psicanalíticas que são de todo indispensáveis. Ora, o texto que brota das aproximações e reaproximações demanda uma convivência íntima que não atrepele qualquer cintilação verbal, documental, fenomenológica, conjuntural. E a crônica antropológica não germina sem o viés da

subjetividade. Em primeira instância, o relato etnográfico exigiu isenção, temendo resvalar no precipício do descrédito. Na verdade, a ciência social patinou por veredas tortuosas e inseguras. Não é de estranhar. Como afiançar legitimidade a uma ciência sem exatidão? Sem leis. Sem normas. Sem experimentos. Para obter o reconhecimento da sua validade, careceu de escoras “racionalistas” e positivistas. Acatou, portanto, rígidas mensurações que em nada a beneficiaram, antes nublaram os seus precários pressupostos. Não estou negando a importância dos saberes de base quantitativa. Eles complementam o quadro da interdisciplinaridade, garantindo acertos que se fazem necessários e até imprescindíveis. Isolados, revelam, todavia, o lado da concretude e não atingem o homem na sua totalidade. Com o correr do tempo, numa travessia sinuosa, tal qual o caudaloso rio que desemboca nas águas do mar, as observações antropológicas reportaram-se a tendências qualitativas, explorando, com mais confiança, caminhos que lhes são caros para a compreensão do seu “objeto” de estudo. E o subjetivo ganhou a intensidade de que tanto se careceu na busca da consciência existencial.

O recorte psicológico – a construção da subjetividade passa pelo individual e pelo coletivo – assumiu patamares de honra. Tanto para o observador como para o observante. Naturalmente que a crônica antropológica persegue a objetividade, mas não simula uma neutralidade que jamais pode existir. O pesquisador está presente no texto, não se oculta, não relega as suas emoções ao segundo plano, aceita o sentimento como um jogo relacional que vem a autenticar a sua posição de incerteza e de dúvida. A *ficção antropológica* permeia a textualidade, e o real conquista os adornos de uma narrativa que se sabe subjetiva. A autoridade etnográfica não se confunde com ausência ou distanciamento. Legitimar a escrita presume um ato de coragem que envolve, numa trama mimética, escritor e narração, interfaces conjugadas na direção de subjetivismos e objetivismos. O *realismo etnográfico* aparta-se dos conceitos primeiros para recair na ousadia de assumir a representação da exterioridade, circunscrita ao entorno que se cobiçou esquadrihar. O eu do narrador não desaparece, apenas se defronta com o espelho que revela o seu rosto e o rosto do *outro*, ou dos *outros*. Logo, há uma *polifonia* privilegiada. As palavras da escrita etnográfica não podem ser construídas monologicamente. Ao contrário, deslizam numa linguagem impregnada de subjetividade e de tonalidades contextualizadas (Clifford, 1983). A idéia é produzir um texto plurivocal – uma “heteroglosa” – rico em perspectivas e em elementos adicionais (Caldeira, 1988).

Ao aceitar a inserção no texto – seja na primeira pessoa ou na terceira –, o narrador não se furta à responsabilidade da autoria. Ele se agrega à plurivocalidade e forma um feixe de eus numa intersubjetividade explícita. Há uma

mediação do desejo entre o autor e seus personagens. A cena não se completa, quando refratária aos signos “comunicantes”. Estrangula-se no insulamento, distanciando-se dos coadjuvantes e do leitor diante do qual o autor se expõe. Portanto, o elo propaga-se através da mediação do desejo. Uma transferência com clivagens psicanalíticas e pulsões rarefeitas de contra-transferência.

O dialogismo entre a pluralidade de vozes e a pessoalidade do próprio autor garante uma narrativa “conventual”, a beirar o catártico. O *impressionismo* se evidencia como destaque original de uma grafia particularizada. A identidade revelada patenteia a aceitação de um sujeito que procura se misturar a outros sujeitos, evitando o corte hegemônico do pesquisador. As diferenças ocupam lugares de relevo e perdem o sentido hierárquico de *status*. Assim, não ocorre um escalonamento valorativo, tão prejudicial ao andamento de qualquer estudo humanístico. O texto antropológico será sempre um texto com *inscrições diferenciais*. Há sombras na página ainda por escrever que revelam a presença marcante do *outro*. As simbologias e as metáforas interpõem-se à linguagem, visando a conferir-lhe autenticidade. Um *eu* não anula o *outro*; somam-se e completam-se. O importante é confiar na própria fragilidade da narrativa. Talvez, esse seja o traço substantivo capaz de assegurar o nexos fidedigno com o real. A crônica antropológica é, pois, uma *crônica impressionista*, carregada da identidade do autor e da identidade de outros autores. As vozes se mesclam. Destarte, não se pode mitigar a centralidade do eu narrador. A ele e somente a ele *pertence* a expressão do *outro*. Retomo esse aspecto para atribuir-lhe o verdadeiro peso. A arrogância da *pertença*, egressa de um falso sentimento de posse, se não trabalhada nas devidas proporções, incitará distorções graves. A visibilidade do *outro* está na mão do etnógrafo, que poderá incorrer em adulteradas ênfases. Daí, a necessidade de uma narrativa plural que venha a suavizar, num quadro de fecundo *perspectivismo*, os possíveis deslizos do texto. Por conseguinte, há que se avivar os liames subjetivos a fim de suscitar uma coreografia lingüística disposta a agasalhar os sultos da ambigüidade.

Devo uma explicação que me parece pertinente. Tenho empregado o termo etnografia e antropologia com iguais acepções, evitando conceitos distintos que porventura venham a modificar adjetivamente as noções aqui utilizadas. Provavelmente o meu permanente estado de inquietação diante da existência me conduz a algumas inclinações que integram a minha maneira de conceber a Antropologia. Sou visceralmente adepta do trabalho de campo. Acredito que não se pode pensar a realidade sem submersões profundas de contextualização. A pesquisa de campo corresponde a um exercício contínuo de *escavação*, uma *arqueologia emocional*, um desmonte lento e

gradual de camadas psicológicas que vão se mostrando pudorosamente. Com os holofotes acesos *sobre* os contatos primários, o etnógrafo se encontra *sob* a instigante pulsão de “desenhar” costumes, hábitos, valores que se fabricam na cotidianidade. Deixar o gabinete e se envolver com o mosaico social é exaltar um empirismo saudável, fermento indispensável ao desenrolar do trabalho ulterior. Não consigo entender o cientista social que se omite da teia relacional e se encasula em torres de marfim, qual ostra recolhida debaixo de rochas de granito.

A escritura antropológica tem um caráter introspectivo porque ressalta a personalidade do narrador. Único, solitário no ato de se colocar no papel. Dele dependem a frase constituída, o parágrafo composto, as reticências, as interrogações e, principalmente, o difícil ponto final. A natureza do texto não reivindica conclusões, mas solicita um desdobrar-se que verse em claros fios de meada. A palavra escrita é – jamais se pode negar – uma expressão individual e solitária. E os questionamentos face a um texto em desenvolvimento são inúmeros. Pensar para dentro pode parecer fácil. Não o é. Exige movimentos intimistas que, ao meu ver, enriquecem, e muito, a textualidade do documento, porém não mitigam as indecisões do escritor. Agiganta-as. Decerto que a personalidade do pesquisador, seja ele extrovertido ou introvertido, pesa nas suas opiniões, levando a visões diversificadas que vão depender do seu *olhar* apolíneo ou dionisiaco. Quando falo na introspecção da escritura antropológica, pretendo ressaltar o momento narrativo que invoca achados pessoalíssimos, advindos de resoluções interiores. Não relego, todavia, a planos de somenos importância a variedade perceptiva de cada pesquisador, óticas multifacetadas que se espriam em enseadas recônditas. A compreensão de um fenômeno varia numa adequação nítida entre personalidade e temperamento. O intimismo é textual. O da palavra. O da escrita. O da elaboração e reelaboração do pensamento.

Quem fala em cotidiano – arma fundamental do antropólogo –, fala em temporalidade. *Ipsa facto*, o relato etnográfico consubstancia, na sua mais tenra “evolução”, um capítulo temporal. Ainda que se lhe atribuam limitações sincrônicas, não importa. A leitura realçará a cronologia do texto. Em tal data, em tal momento, em tais circunstâncias. Não se constata descrição atemporal. Tampouco se evidencia *narrativa no vácuo*. O princípio básico da escrita se apóia na moldura da época. Logo, o arsenal primeiro de qualquer documento é o tempo. E a História dos Costumes tem na crônica antropológica um recurso de grandeza inigualável. Nela está contido o mapa de um tempo social com todos os seus pormenores individuais e coletivos. Basta lembrar o valor dos diários, não somente para a Antropologia como para a assimilação da realidade do passado. Representam verdadeiras pérolas porque

conjugam elementos fundamentais: o intimismo confessional e o *passe-partout* temporal. Não é demais evocar que o diário de campo tem para o antropólogo função liberadora, acrescentando-se ainda a excelência da natureza memorialista: fiel depositário de momentos fortuitos ou de instantes de extrema paixão. Verdadeiras explosões emocionais com denso tom de confissão. Tome-se como exemplo os *Tristes Trópicos*, de Lévi-Strauss, eivado de anotações pessoalíssimas, algumas crudelíssimas. Tão reveladoras do sentir straussiano que o autor, durante vários anos, reservou-se o direito de guardá-las, num gesto de rejeição ao próprio desabafo. “Quinze anos passaram desde a data em que deixei o Brasil pela última vez e, durante todos estes anos, muitas vezes acalentei o projeto de começar este livro; de todas as vezes fui detido por uma espécie de vergonha e de repulsa” (Lévi-Strauss, 1955, p.11).

Observar, indagar, escutar, anotar são etapas preliminares à escritura antropológica. A exacerbação dos sentidos – olfato, visão, tato, sabor, escuta – auxilia a inventariação da realidade. A vocação perceptiva exige a esperteza dos sentidos. Quanto mais refinado o esmero da compreensão, melhor a condição de “aferir” o imperceptível. A mão é dupla. Entrementes, outorga-se ao antropólogo o diploma da acuidade. E apurar o que nem sempre é visível aos olhos desencadeia um processo de aperfeiçoamento sensorial, o que favorece a posterior narrativa. O texto condensará emoções, sentimentos, volições e demais faculdades humanas que se aprimoram ao longo de um aprendizado que não estanca, mas que se agiganta à medida em que a correnteza do cotidiano oferta banquetes de rotina. A sensibilidade do antropólogo é *conditio sine qua non* para uma narrativa satisfatória.

Priorizando a individualidade, a crônica antropológica cresce em espaço num mundo globalizado, pouco afeito a especificidades humanas. Em meio a multidões anônimas, as demarcações da *persona* estendem-se em atenções pontuais. Mais do que nunca, faz-se urgente elevar a dignidade do outro ou respeitá-la nas suas dessemelhanças. A massificação padroniza, extingue as diferenças e lança falácias de igualdade que não condizem com a natureza humana. Guimarães Rosa sentencia, no seu extraordinário *Grande Sertão: Veredas*, que na natureza de *gente* não vale apontar nenhuma certeza. A angústia do homem multiplica-se quando ele se depara com versões unificadoras. Celebrar o individual, o particular, o específico simboliza o desejo da humanidade.

A crônica antropológica reúne aparatos aprimorados: temporal, circunstancial, textual. Para além de tudo isso, transcende o *frame* apenas descritivo, abraçando nuances subjetivas e psicológicas. O eu narrador não invoca a neutralidade. Arvora-se a interceder no texto, expondo-se “quase” totalmente – digo quase porque há gavetas

interiores tão perras, ou mesmo “sepultadas”, que impossibilitam o desnudar-se por completo. É personagem vivo que não se esconde nem se deixa ocultar. Transita entre as vozes numa polifonia fértil, de múltipla versatilidade. Avança e recua. A sonografia não atrapalha a exibição do eu revelador de outros eus. Ao contrário, facilita os vários ritmos a depender da velocidade da orquestração. Assim, incorpora-se à linguagem, sem temer movimentos transversais, diagonais, paralelos. Sua presença, às vezes diáfana, às vezes mais penetrante, regula ou desarticula a ordem, através de emoções, sentimentos, sensações. Ainda: à sua nudez agrega o estilo de dizer bem. A retirada de máscaras reclama uma linguagem especial, vestida, essa sim, de preciosismos literários que embelezam o despojamento inicial. Toda nudez merece adereços de arte. E o *estilo literário* lhe outorga uma soberba de todo apreciada. Sem disfarces, o antropólogo escala os picos da sensibilidade, dissolvendo-se na crônica, deferida e homologada em sua autonomia e identidade próprias.

O conceito de crônica e os cronicões

O vocábulo crônica vem do erudito latim *chronica-orum*, “livro de crônicas”, plural neutro do adjetivo *chronicus*, “cronológico”, tomado de empréstimo ao grego *chronikós*, “relativo ao tempo”, derivado do grego *chrónos*, “tempo”. Dando relevo à dimensão temporal do registro efetuado, aplica-se a narrativas históricas, como as que se referem a acontecimentos dos reinados da primeira e da segunda dinastias portuguesas. Esses relatos combinam magistralmente os ingredientes da prosa narrativa, cheia de expressividade visual e dramatismo cinético, com a preocupação teórica da veracidade dos fatos, apurada na investigação das fontes. Os cronistas medievais portugueses desempenharam papel relevante na historiografia universal, e a eles dedicarei um subtítulo à parte.

A crônica historiográfica corresponde a um dos gêneros mais ricos da prosa portuguesa. Quanto à crônica ficcionada ou semificcionada, desenvolvida em Portugal, para além do Cavaleiro de Oliveira – século XVIII –, são muitos os cultores no século XIX, em especial a dupla Eça e Ramalho, nas *Farpas*, e Fialho de Almeida, nos *Gatos*. No século XX, apontam-se Irene Lisboa, Vitorino Nemésio, José Gomes Ferreira, José Rodrigues Miguéis, Artur Portela Filho, entre outros.

No Brasil, destacam-se Olavo Bilac e Manuel Bandeira. Machado de Assis escreveu crônicas a vida inteira, e as da sua velhice, postumamente reunidas no volume *A Semana* (1914), dizem de seus escritos mais deliciosos. Os nomes de bons ou mesmo excelentes cronistas brasileiros excedem-se em número. Cito, a título de ilustração, alguns deles: Sérgio Porto – Stanislaw Ponte Preta –, Carlos Drummond de Andrade, Cecília Meireles, Antônio Maria, Nelson Rodrigues.

Entretanto, o especialista no gênero foi Rubem Braga, que só escreveu crônicas, sendo considerado pela crítica nacional como um bom escritor, o que vem a asseverar o lugar respeitado da crônica como gênero literário.

Cronicão, do grego *chrónos*, surge do latim medieval *chronicon*. Chamam-se assim os primeiros relatos historiográficos, que constituem o esboço das formas da prosa literária. O cronicão é uma forma de registro ou narração cronológica de fatos notáveis – uma campanha ou conquista, as glórias de uma casa reinante, os progressos de uma religião, os feitos de um povo –, quer presenciados pelo autor, quer por ele desentranhados da tradição em que se situam. Além da *Segunda Crônica Geral de Espanha*, de 1344 (refundição de uma variante da *Primeira*, mandada fazer por Afonso X, em 1270), a mais antiga compilação historiográfica em língua portuguesa, consideram-se cronicões os seguintes textos: *Crônica Breve do Arquivo Nacional* (1429); quatro *Crônicas Breves e Memórias Avulsas de Santa Cruz de Coimbra*; *Crônica da Fundação do Mosteiro de São Vicente* – tradução de um texto conventual latino; *Crônica da Conquista do Algarve*, o *Livro de Noa* e a *Crônica dos Frades Menores*.

Os cronistas portugueses medievais

Fernão Lopes (1380?-1460?) tem sido considerado o maior cronista medieval português, o grande mestre da arte de narrar, merecendo um tratamento especial na história desse gênero literário. Muito pouco se conhece da sua vida. Daí, as interrogações quanto às datas de nascimento e morte. Acredita-se que descenda de família abonada, adotando, no começo da sua carreira profissional, o ofício de tabelião. Em 1418, tornou-se responsável pelo arquivo da *Torre do Tombo*, local onde se conservavam os documentos oficiais dos arquivos lusitanos. Nessa mesma altura, desempenhou cumulativamente o cargo de “escrivão de puridade” de D. Duarte e, em 1419, prestou idênticos serviços ao Infante D. Fernando.

Em carta de 19 de março de 1434, D. Duarte confiava-lhe uma importante missão: com toda solenidade, encarregava-o de escrever a História de Portugal. Transcrevo *ipsis litteris* um pequeno trecho do documento à guisa de elucidação: “A quantos esta carta virem, fazemos saber que nós temos dado cárego a Fernão Lopes, nosso escrivam, de poer em carónica as estórias dos Reis que antigamente em Portugal foram. Esso mesmo, os grandes feitos e altos do mui vertuoso e de grandes vertudes ElRei meu senhor e padre cuja alma Deus aja” (Barreiros, 1996, p.156). Estava, assim, criado o cargo de cronista-mor do Reino.

Viveu o cronista uma das épocas mais turbulentas e mais gloriosas da História de Portugal. Conheceu pessoalmente D. João I e D. Nuno; deve ter se aproximado dos antigos heróis de Aljubarrota e Valverde;

e assistiu ao começo da expansão ultramarina, ponto alto da ínclita obra náutica lusitana. Instruído, Fernão Lopes dedicava-se com afinco à garimpagem de documentos, tal a sua vocação para a leitura. De pena fácil, não lhe custou notificar os fatos do cotidiano, relatando-os com assídua obstinação, uma vez que recebia honorários da Corte visando a uma descritiva pormenorizada do estado da arte português. Apesar de compromissado com os bastidores da Corte, fugiu da tendenciosidade comum aos cronistas medievais lusitanos. Entre as suas obras de autoria incontestável, pode-se elencar: *Crônica delRei D. Pedro*; *Crônica delRei D. Fernando*; *Crônica delRei D. João*. Ainda escreveu todas as crônicas dos reis de Portugal anteriores a D. Pedro I. Várias de suas narrativas encontram-se desaparecidas, havendo, todavia, remissões alusivas aos seus “pronunciamentos”.

Alexandre Herculano afirma que “poucos homens têm nascido historiadores como Fernão Lopes” (s.d., p. 8), e prossegue alertando que a sua História se enquadra perfeitamente dentro dos parâmetros da historiografia moderna. O seu realismo põe em xeque a possível tendenciosidade à qual aludi. Fernão Lopes madrega na distinção escolástica entre verdade e certeza e entre mentira e erro, aceitando a possibilidade do erro e rejeitando, de forma veemente, a mentira. Os seus enunciados são interessantíssimos e, desde então, recorre à angústia do historiador diante do documento, uma atitude pós-moderna que condiciona a verdade a um sem número de possibilidades. Uma verdade pouco tangível, quase fugidia, mas substantivamente necessária ao desenvolvimento da cultura e da sociedade. Fernão Lopes atinge a questão de modo crucial, desprezando a “beleza de possíveis narrações menos realistas à exposição realista da verdade total” (Barreiros, 1996, p. 161). Tudo leva a crer que o excessivo amor pátrio, uma característica de sua personalidade, sobrepujou-se à parcialidade de uma narrativa impregnada de desvios casuísticos. A investigação obstinada o eleva à condição de historiador extremado. Zurara confirma a permanente inquietação do cronista: “Fernão Lopes despendeu muito tempo em andar per os moesteiros e igrejas buscando os cartários e letreiros delas, para ver sua enformação” (Barreiros, 1996, p.161).

Apesar de ter procurado alcançar a verdade histórica, os seus textos sofreram ataques daqueles que criticavam o *status quo* dominante. Foi acusado, por exemplo, de fértil imaginação e de exagero estilístico. Não se pode pôr de lado o requinte literário de Fernão Lopes, o que o engrandece, ao invés de denegri-lo. A importância da sua obra é indiscutível. Através das suas crônicas, a sociedade portuguesa se reconstitui desde a infra-estrutura à supra-estrutura em um zigzag admirável e reconhecidamente aplaudido. A guerra, a vida na corte, as relações

com outras potências, a economia, a nova nobreza, o povo indicam temáticas por ele privilegiadas. O leque abrangente oferece um painel de grande valor sociológico e histórico da sociedade portuguesa do final do século XIV até meados do século XV.

Gomes Eanes de Zurara

Em substituição ao velho e doente Fernão Lopes, foi investido no cargo de guarda-mor da *Torre do Tombo* Gomes Eanes de Zurara (1410?-1474). Educado na corte de D. Afonso V, produziu obras de relevo: *Crônica delRei D. João I de Boa Memória*; *Crônica do Descobrimento e Conquista da Guiné*; *Crônica do Conde D. Pedro de Menezes*; *Crônica de D. Duarte de Menezes*. Os seus textos objetivam o enaltecimento das conquistas africanas de D. Afonso V e a consagração definitiva da ação do Infante D. Henrique. A sua visão de História apóia-se em testemunhos orais e presenciais. Chegou a deslocar-se à África para pessoalizar as suas informações na ânsia de aclamar a oralidade e as observações *in loco*. Diferentemente de Fernão Lopes, que agregou temáticas diversas para lograr uma visão de conjunto, Zurara converge para os grandes senhores, produzindo uma História de superlativo (retirar o de, está repetido) cunho senhorial. Por conseguinte, projetou-se como historiador da nobreza, enquanto Fernão Lopes angariou o brasão de historiador do povo. Seu estilo caracterizou-se por uma pompa extravagante de erudição e retórica.

Rui de Pina

Igualmente sucessor de Fernão Lopes, legou uma obra de valor. Frequentou as cortes de D. João II e D. Manuel, ocupando o cargo de guarda-mor da *Torre do Tombo*, em 1497. É autor de nove Crônicas: *Crônicas de D. Sancho I, de D. Afonso II, de D. Sancho II, de D. Afonso III, de D. Dinis, de D. Afonso IV*, e três de reis de segunda dinastia (*Crônicas de D. Duarte, de D. Afonso V, de D. João II*).

Rui de Pina (1440?-1522?) foi acusado de ter reelaborado as crônicas perdidas de Fernão Lopes. A sua narração é calcada numa simetria ordenativa, sem criatividade, fria e longe da emoção. Se Fernão Lopes identificou-se com o povo, e Zurara, com os grandes senhores, Rui de Pina salientou-se pela apologia aos reis.

Bronislaw Malinowski e Gilberto Freyre

A taxionomia do meu texto pode parecer estranha. Início com ilações sobre a crônica antropológica, quebro o roteiro com incursões nos cronistas medievais portugueses e deságua em dois expoentes da Antropologia no século XX. Às vezes, as linhas tortuosas levam a destinos convenientemente calculados. Tracei tal esquema, visando a transitar com liberdade pelos labirintos da narrativa

textual – sua gênese, seu processo evolutivo, sua exegese – por entender a crônica antropológica como uma versão aprimorada e rebuscada do relato historiográfico. Com isso, rendo vênias aos requintes da etnografia, adotando um suporte de referência conscientemente subjetivo, individualizado e alagado de urdiduras estilísticas. Não escondo o meu fascínio por qualquer linguagem escrita que preserve o orgulho de exibir-se não apenas como um simples registro, mas como um gênero soberano na sua capacidade de expressar-se com elegância. A beleza, a estética, a arte devem encampar os princípios norteadores do cientista social. Não basta anotar. Urge narrar com airoso. Manuel Bandeira já dizia que entre a poesia e a ciência, as fronteiras são tênues. Nesse foco iluminado *saber+arte* reside a grande magia do conhecimento. Um conhecimento social que não se quer fruto de jargões simplistas e antipáticos, endeusado em redomas de proteção. Sim, uma sistematização de fenômenos com algumas sábias prerrogativas: a de conquistar o homem, e não apenas os especialistas nas áreas pontuadas; a de trazer para si a responsabilidade de “publicizar-se”, sem isolar-se em herméticos quistos; a de ultrapassar barreiras idiossincráticas para alargar-se numa humanidade carente de integrações. À literatura cabe veicular uma ciência acessível e agradável, longe de hirtas proposições ou densas premissas. Arte e ciência juntas, ambas irmanadas ao êxtase da leitura.

Na feliz conjugação conhecimento+estética, optei pela escolha de dois nomes representativos dessa fusão vanguardista e revolucionária: Malinowski e Freyre. O primeiro, polaco, naturalizado inglês; o segundo, brasileiro, nordestino, recifense, mais precisamente do bairro de Apipucos, de sua Vivenda de Santo Antônio, nicho propulsor de cumulativas versatilidades.

Malinowski praticamente fundou a disciplina Antropologia Social na Grã-Bretanha, pois estabeleceu o seu modo distinto de percebê-la ao privilegiar o trabalho de campo como referencial indispensável à (retirar sua) credibilidade. Em razão dessa proclamação, os ingleses de tudo fizeram para patentear a marca de que a Antropologia se legitimara em 1914, nas ilhas de Trobriand. Na realidade, não se pode olvidar que Malinowski gestou os métodos da moderna pesquisa de campo nos dois anos que passou na Nova Guiné, nos períodos de 1915-16 e 1917-18. Introduziu a técnica da *observação participante* e exaltou o uso do diário de campo como um meio de acolher os paroxismos do etnógrafo. Mentor do funcionalismo, teoria bastante criticada, principalmente pelo seu desprezo à diacronia e pela sua indiferença às mudanças sociais, sobressaiu-se em criatividade e na profusão de relatos dotados de filigranas literárias. Com sensibilidade apurada, mergulhou a ciência na poesia, um *vis-à-vis* do qual não abriu mão, preocupado com a

linguagem e com os encantos de uma escritura bem confeccionada. Trago à leitura um pequeno trecho de seu diário de campo, no qual se detecta um desafio confessional: “Quanto à etnologia: vejo a vida dos nativos como profundamente desprovida de interesse ou importância, algo tão remoto de mim como a vida de um cão. Durante um passeio a pé, considere um ponto de honra refletir sobre o que estou aqui fazendo. (...) Devo concentrar-me nas minhas ambições e trabalhar para algum fim” (Malinowski, 1967, 167).

Cunhando o termo *carta mental*, Malinowski se distende numa linguagem intuitiva e refinada. *Os imponderáveis da vida cotidiana*, como ele próprio denominou, perpassam o seu texto, abarrotando-o de detalhes “comezinhos” e ilustrativos. Os seus escritos permitem a antevisão literária, o escritor diante da palavra, do pensamento, da metáfora, da simbologia. Nele havia a consciência da diferença, tão bem conduzida nessa pequena obra-prima intitulada *Baloma*, publicada em 1916, durante uma pausa entre as suas duas expedições de campo. Malinowski se notabilizou, ao meu ver, não somente como o antropólogo do empírico, porém como o etnógrafo comprometido com a estética léxica e sintática. Em duas palavras, com o casamento ciência + literatura. Da narrativa antropológica ao texto literário, seja ensaio ou crônica, o distintivo artístico o encima na virtuosidade do estilo.

Gilberto Freyre representa a nata da estética literária. Sua obra *mater*, *Casa-Grande & Senzala*, revoluciona a linguagem à época em vigor. Considerada romanesca, tal a inovação na forma e na espontaneidade da exposição, arrancou as mais ferrenhas críticas. O conteúdo assimétrico, um tanto anárquico, não poderia ser aceito numa sociedade pautada no positivismo importado. Os arrufos de intolerância atingiram o clímax da insensatez: propuseram queimar o livro em praça pública. Ato extremo de repúdio a uma linguagem considerada chula por um crítico apressado e leviano.

Publicada em 1933, quando a Antropologia cultural ainda engatinhava – não obstante os estudos de relações raciais – em um Brasil pobre de conhecimentos sociológicos, o impacto excedeu as expectativas. O ousado menino de 33 anos (1900-1987) tinha ido longe demais, e não aparentava indícios de recuos em face de tantos impropérios. A sua vocação humanista explica o avanço por ele encetado. Entender os livros de Freyre é entender o seu jeito de perceber o mundo.

O universo sensorial de Gilberto o singulariza na sua capacidade de “explorar” o outro. “Explorar”, absorvendo-o. Uma consciência inigualável da dimensão para além de si, para dentro de si, de fora para o interior e vice-versa. “O humano só pode ser compreendido pelo humano – até onde pode ser compreendido; e

compreensão importa em maior ou menor sacrifício da objetividade à *subjetividade*. Pois tratando-se de passado humano, há que deixar-se espaço para a dúvida e até para o mistério” (Freyre, 1977, p. L, o grifo é meu).

Em se tratando de compreender o circunstancial, Gilberto incursionou em túneis de sentimentos, alguns por vezes escorregadios. Utilizou uma metodologia heterodoxa com a finalidade de penetrar a psique, os escaninhos enganadores, os subterfúgios da alma. E agasalhou o menor dos pormenores para apreender o homem, próximo, distante, complexo, individual. Se não temeu abrir as comportas da inflexibilidade, menos ainda temeu aliar-se à arte para alcançar a gama de privilégios estéticos. Declarou: “Não sou nem pretendo ser sociólogo puro. Mais do que sociólogo creio ser antropólogo. Também me considero um tanto historiador e, até, um pouco pensador. Mas o que principalmente sou creio que é escritor. Escritor – que me perdoem os literatos a pretensão e os beletristas, a audácia – literário. (...) O sociólogo, o antropólogo, o historiador, o cientista social, o possível pensador são em mim ancilares do escritor. Se bom ou mau escritor é outro assunto” (Freyre, 1968, p.23, 165).

Ao definir-se escritor, duas intenções o guiaram: quebrar o tabu da ciência-arte, agigantando-o desmedidamente, e perenizar-se através da palavra bem colocada, ancha de metáforas originais, a exaltar o estilo superposto à condição de exegeta. Carimbou o selo da autenticidade, bradando a sua opção pela estética literária. Essa visão freyriana vem de encontro às tendências da década de 30 do século passado. Por que não fazer ciência social em bases literárias? Quais impedimentos a interditam? O cientista não pode expor-se literariamente?

Reiterando a sua propensão pela arte, apressou-se em ressaltar os primores de Malinowski: “Foi pela capacidade de ser intuitivo ao mesmo tempo que dedutivo que Bronislaw Malinowski ultrapassou Boas em criatividade no setor antropológico. Daí, poder, hoje, dizer-se do extraordinário polaco, naturalizado inglês, que, como antropólogo, parecia combinar as qualidades do poeta com as do cientista” (Freyre, 1968, p. 92). Esta citação por si só justifica a minha escolha pelo antropólogo britânico.

O imagismo anglo-americano em muito influenciou Freyre, assegurando-lhe alianças estilísticas. Absorveu a *iconologia textual* para melhor retratar o seu pensamento. Nunca aceitou frases rebuscadas, tampouco nebulosas elucubrações que viessem a prejudicar a clareza do argumento. Privilegiou uma linguagem simples, de modo a convidar o leitor a deambular por todo o livro, com o afã de degustá-lo até as suas mínimas e quase indizíveis passagens. Os livros devem ser vida vivida e não letra morta. Palavra-arte. A concepção do belo sugere ofícios de artesão – *escultores da linguagem*. Um domínio vocabular

intenso que permita a transformação do conhecimento na pureza da simplicidade. Desafio certamente fustigante: o de submeter o conteúdo à forma, priorizando a essência vital do saber. “Sei que não me contentaria nunca – se dependesse de mim – de ser simplesmente descritivo no que escrevo. Nem simplesmente descritivo nem apenas expositor de conhecimento ou de saberes adquiridos de livros ou de mestres ou de estudo somente linear deste ou daquele objeto. E sim um tanto mais que isso. Sugestivo. Evocativo. Interpretativo. Provocante. Epifânico” (Freyre, 1968, p. 189).

Na escritura freyriana o poema está presente. O lirismo e a introspecção se unem num exame sensorial, com ênfase veemente na sensualidade. Sensorial e sensual o texto de Gilberto. Palavras que se tocam, apalpam, desprendem cheiros e odores, escutam as nossas alegrias e tristezas, olham para o rosto do outro e se dialetizam epidérmica e psicologicamente. A ciência inscrita na literatura com brasões de cumplicidade. Feita de carne e osso como toda a gente que integra o contingencial da humanidade.

À procura do texto perdido

Nos umbrais do século XXI, a inaugurar o terceiro milênio cristão, tendências introspectivas despontam, indicando a necessidade de uma catalogação de tempos pretéritos. É chegada a hora de inventariar a vida e de passar a limpo uma série de posturas que perdem enfaticamente o seu lugar. As ciências sociais entram em crise, desconstroem seus paradigmas, “choram” uma certa orfandade, enfim, buscam, com frenética inquietação, um pêndulo que as equilibre. E a crônica antropológica ocupa um *espaço* fundamental nesse balanço *temporal*. Primeiro, porque ela é *tempo* e é *espaço*. Segundo, porque na intersecção de um e de outro, coexistem prevalências humanistas que exaltam o repensar circunstancial. Destaca-se o lado proustiano de um tempo que se quer passado, mas herança legítima de todos nós. Se o antropólogo capta o olhar do outro através de “vibrações sensoriais”, o seu modo de estar no mundo suscita uma certa curiosidade. Não se pode ignorar o indivíduo com a sua gama de volições, um gradiente quase infinito de desejos. Repousa justamente na *gárgula diferencial* a grande síntese da humanidade. Entender a dessemelhança é conviver com a alteridade.

Ora, a crônica antropológica reflete exatamente essa dialogização. Mais ainda: uma troca de vozes que tange à polifonia para assegurar a sua identidade. Por conseguinte, o cromatismo da paisagem não se apresenta uniforme. Pelo contrário, vingam concepções plurivocais a circular no tronco seminal que se projeta no âmago fenomenológico. A desconstrução de uma “casta à brâmanes” – típica dos clássicos postulados – surge como algo inevitável. Mas toda desconstrução reivindica uma reedificação. Não gostaria de ser taxada de laudatória

quanto à crença numa ciência com aproximações antropológicas. Se aclamo a crônica etnográfica, faço-o apegada ao meu gnosticismo e, talvez, ao meu otimismo em vislumbrar grandes saídas para um saber que se multiplica e se projeta no homem, o único e insubstituível Sujeito da História. Sujeito com letra maiúscula porque detentor de todas as potencialidades, sejam negativas ou positivas. O espectro qualitativo é imenso, foge a simples mensurações, malgrado abraçar nuances maniqueístas. Já não se pode falar no bom selvagem, essa visão romântica de Rousseau, tão desejada quanto apregoadada. O homem é o centro de todas as indagações, a convergência maior, a fonte inspiradora e receptora de qualquer conhecimento. Pensá-lo diz de uma abstração que tem nome e materialidade. Como lidar com essa ambígua figuração? Espírito, corpo.

Sem dúvida que a síntese corresponde à junção dos fragmentos individuais e coletivos. Na base desse cilindro centrípeto, o retorno e o avanço transmitem a eterna busca de um texto condizente com a natureza humana. Estará perdida a linguagem estética, artística, subjetiva, capaz de poetizar a imagem mais próxima do real? Creio que não. É preciso apenas recriá-la através da “inventividade”, da intuição, da introspecção e da imaginação antropológica.

Bibliografia

- AUGRAS, Monique. “O imaginário e o cotidiano”. *Ciência & trópico*. Recife: v. 10, n. 1, p. 7-11, jan/jun., 1982.
- BARREIROS, Antônio José. *História da literatura*. Lisboa: Bezerra Distribuidora, 1996.
- CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. “A presença do autor e a pós-modernidade em antropologia”. *Novos estudos*. CEBRAP. São Paulo: n. 21, p. 133-157, jul., 1988.
- CLIFORD, James & MARCUS, George. (Org.) *Writing culture – The poetics and politics of ethnography*. Berkeley: University of California Press, 1986.
- DEL RIO, Nilce Rangel. “Olhar e imaginário na narrativa contemporânea”. *Estudos*. Goiânia: v. 24, n. 3/4, p. 293-304, jul/dez., 1997.
- FREYRE, Gilberto. *Casa-Grande & Senzala – Formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal*. Recife: Imprensa Oficial, 1966.
- _____. *Como e por que sou e não sou sociólogo*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1968.
- _____. *Sobrados e mucambos – Decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano*. Rio de Janeiro/Brasília: Instituto Nacional do Livro/ Ministério da Educação e Cultura, 1977.
- GEERTZ, Clifford. *The Interpretation of cultures*. New York: Basic Books, 1973.
- HERCULANO, Alexandre. *Opúsculos*. Lisboa: Bertrand, s/d.
- KUPER, Adam. *Antropólogos e antropologia*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1978.
- LANGNESS, L.L. *História de vida na ciência antropológica*. São Paulo: EPU, 1973.
- LÉVY-STRAUSS. *Tristes trópicos*. São Paulo: Martins Fontes, 1955.
- MALINOWSKI, B. *Diary in the strict sense of the term*. Londres, 1967.
- _____. *Argonautas do Pacífico Ocidental*. São Paulo: Abril Cultural, 1976.
- _____. *Uma teoria científica da cultura*. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.
- MENDES, João. *Teoria da Literatura*. Lisboa: Editorial Verbo, 1986.
- PAZ, Olegário & MONIZ, Antônio. *Dicionário breve de termos literários*. Lisboa: Editorial Presença, 1997.
- WELLEK, René & WARREN, Austin. *Teoria da cultura*. Lisboa: Publicação Europa América/ Biblioteca Universitária. C. 1942.
- WHITE, Hayden. “Teoria literária e escrita da história”. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: v. 7, n. 13, p. 21-48.

* Fátima Quintas é Antropóloga, Diretora do Departamento Pensamento Social do Brasil da Fundação Joaquim Nabuco, Secretária-Executiva do Núcleo de Estudos Freyrianos da Fundação Gilberto Freyre. Livros publicados nos últimos dois anos: *A Obra em Tempos Vários*. Recife: Editora Massangana. 1999, 443 p.; e *A Mulher e a Família no Final do Século XX*. Recife: Editora Massangana, 2000, 240 p.